

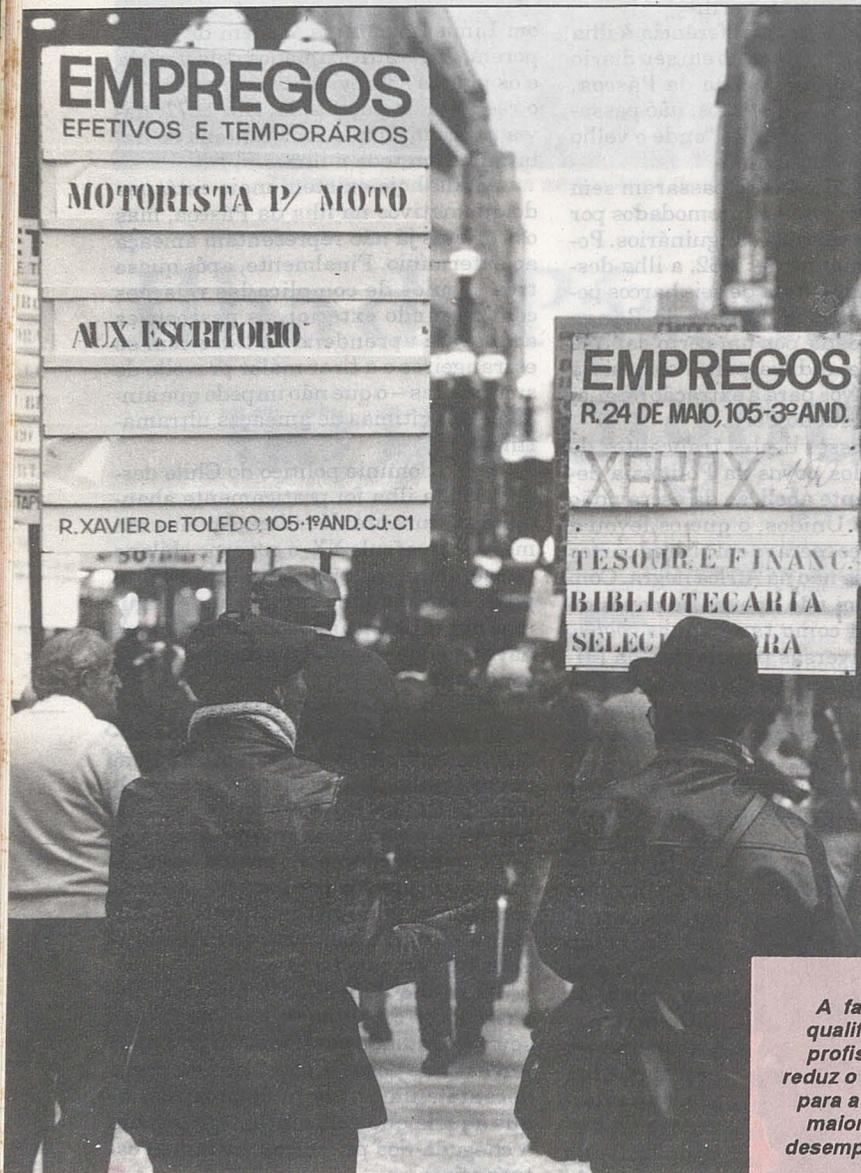
Em busca de trabalho

O desemprego no Brasil pode ser enfrentado com políticas que estimulem a pequena empresa, responsável pela geração de 60% dos empregos no país



Tania Coelho

Foto: Iatá Cannabrava



Em todo o país são 10,5 milhões de pessoas desempregadas. Se computarmos os subempregados e o contingente de crianças trabalhadoras, chegaremos a cerca de 20 milhões de cidadãos em busca de um salário. A maioria nem procura mais emprego legal, com carteira assinada, o que quer é trabalho.

Há dez anos, 55,91% dos trabalhadores tinham carteira assinada. Em 1994, somente 50,7% contam com tal proteção. Dados como estes permitiram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenhar os contornos dessa situação no Brasil através do Mapa do Mercado de Trabalho nº 1, que aponta para um grande aumento no número de pessoas que trabalham por conta própria no mercado informal.

Enquanto o percentual dos empregadores se mantém estável, cai drasticamente a taxa de atividade expressa pela população ocupada, de aproximadamente 62 milhões de pessoas, em relação à população em idade ativa, que totaliza 113,6 milhões de cidadãos, com mais de dez anos de idade. Isso indica que há menos gente trabalhando para sustentar um número maior de pessoas que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho.

Um traço considerado relevante no levantamento realizado pelo IBGE diz respeito exatamente à capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho nacional. O Brasil consegue manter, em formas de inserção das mais precárias, uma significativa parcela de sua força de trabalho — excluída de segmentos produtivos mais estruturados — capazes de gerar remunerações condizentes com padrões de consumo acima de uma linha mínima de necessidades básicas. Isso faz com que o alto índice de desemprego não se reflita numa dessas seqüências cinematográficas, que tanto sucesso fazem na mídia nacional e internacional, de manifestações ostensivas feitas por uma massa de desocupados em busca de emprego.

O que não impede, entretanto, que se perceba os reflexos deste quadro em nosso cotidiano, com 32 milhões de cidadãos famintos. Somos uma nação que, como di-

A falta de qualificação profissional reduz o mercado para a grande maioria dos desempregados

zia o cientista político Josué de Castro, tem metade de sua população com fome e a outra com medo, e que vê espelhada na violência e no desrespeito à vida o drama dos sub-remunerados.

O país, em termos absolutos, perdeu aproximadamente 1,05 milhão de postos de trabalho no quadriênio 1990/1993, porém não existe uma política nacional de empregos. Existem propostas emergenciais, encaminhadas pelos mais diversos segmentos sociais, como é o caso da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que permitem vislumbrar algumas saídas pontuais. Na área governamental, o ministro do Trabalho Walter Barello respondeu, no Natal de 1993, a este clamor nacional com um projeto que isenta as empresas, por prazo de um ano, de encargos sociais sobre suas folhas de pagamento no caso de novas contratações. A medida ampliaria o número de pessoas trabalhando na economia formal, além de reduzir a taxa de desemprego, e se aplicaria apenas para empregos adicionais sobre o número atual de trabalhadores. A idéia era marcar o ano de 1994 com uma verdadeira "explosão de novos empregos", caso o projeto fosse aprovado. Mas o Congresso é lento e nada aconteceu.

O que mais preocupa os especialistas é que grande parte do pessoal hoje desempregado poderá não ter mais espaço no mercado de trabalho por falta de qualificação, já que as empresas investem em mão-de-obra qualificada, para poder competir, no mercado interno, com os produtos importados. Dados levantados em março de 93 pelo serviço de recolocação de pessoal da Secretaria de Trabalho de São Paulo indicavam que, de 1.469 candidatos a vagas abertas pelas empresas, apenas 10,75% preencheram as exigências dos empregadores.

Alguns empresários responsabilizam o governo Collor pela crescente falta de mão-de-obra qualificada. O corte aos incentivos fiscais para a reciclagem profissional foi determinado por Zélia Cardoso de Mello ao assumir o Ministério da Economia e revogar a Lei 6.297 que permitia o desconto de 5% do Imposto de Renda como benefício para o treinamento de pessoal. Mas todos os diagnósticos demonstram que o quadro atual é, na verdade, o resultado da crise econômica a partir dos anos 80; da falta de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável; da profunda crise do sistema educativo; e da desorganização do mercado com o plano Collor no início da década de 90.

A saída - Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) demonstra que a estratégia adotada pelas empresas tem sido a de ampliar a contratação informal e aumentar o número de horas extras dos contratados, levando o Brasil a entrar na era do crescimento sem emprego, que chegou até a ser batizada de "crescensão", uma soma de crescimento e recessão.

A campanha Ação da Cidadania, tendo à frente o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lança o em-



prego como um dos principais eixos da luta contra a fome e tenta encontrar soluções práticas e viáveis. Universidades, associações, organizações não-governamentais e entidades de classe partem para a busca coletiva de alternativas que tenham o emprego e o desenvolvimento como principais referências de um novo modelo econômico e social.

Nos campos e nas fábricas, comitês da Ação da Cidadania, associações, empresários e técnicos assumem o trabalho como uma responsabilidade de toda a sociedade. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Fórum de Ciência e Cultura, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coope), com o projeto SER, e a Fundação Coppetec e suas incubadoras de empresas discutem o tema tecnologia e emprego. A Federação Fluminense das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Flupeme) e a Fundação Friedrich Ebert centram suas preocupações na pequena e média empresa.

O Clube de Engenharia cumpre hoje o papel de sistematizar este processo de discussões. Com a estruturação de grupos de trabalho, cria o Fórum-Rio pelo Emprego e o Desenvolvimento, promove debates com os candidatos ao governo do estado e à presidência da República e lança o Fundo de Apoio ao Emprego. A idéia, esclarece o engenheiro Fernando Uchôa Cavalcanti, presidente do Clube de Engenharia, é consolidar o debate que já existe como um espaço permanente, com o objetivo de viabilizar e encaminhar propostas e ações pelo emprego nos mais diversos setores, de forma que este fórum se torne um pólo de influência não só na esfera institucional como também no sistema das universidades e empresas, capaz de estabelecer canais reais de intervenção junto aos governos municipais, estaduais e federal. "Queremos alçar o emprego", conclui Uchôa, "ao mesmo patamar que se encontra hoje a questão ambiental. Afinal, não há nada mais ecológico do que uma pessoa comendo e trabalhando".

Terceirização - Integrando este projeto, o professor José Márcio Camargo, do Departamento de

Foto: Mônica Leme



**Os camelôs
são o exemplo
mais próximo
do crescimento
do mercado
informal**

Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, ex-presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, confirma a queda substancial da capacidade do setor industrial em gerar empregos: "Políticas de geração de empregos na indústria, principalmente nas grandes empresas industriais, são muito pouco prováveis."

Na área industrial, entre os inúmeros pontos considerados importantes, destaca-se o que se refere ao sistema de treinamento de mão-de-obra, em particular o do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que se dedica ao treinamento da mão-de-obra já empregada. A mudança neste sistema contribuiria, de maneira efetiva, para minorar o desemprego, caso dirigisse seus serviços para a reciclagem da mão-de-obra desempregada, efetuando treinamento geral de trabalhadores ao invés de treinamento específico. Através de um processo descentralizado, as instituições nacionais de formação profissional poderiam gerenciar este sistema, fornecendo assessoria técnica e financeira às locais, que seriam as responsáveis pela execução deste tipo de serviço.

Outra questão da maior relevância diz respeito à terceirização. Produtos e serviços antes produzidos pelas próprias indústrias passaram a ser comprados de terceiros, resultando em significativos

ganhos de produtividade. No entanto, a maioria destas empresas têm pequena capacidade de investimento, e o resultado final deste processo – que marca a atual modernização organizacional da indústria – poderá ser a redução da qualidade de emprego gerado no país. Para evitar que isso ocorra é preciso, entre outras medidas, criar mecanismos de incentivo às grandes empresas que estão terceirizando parte de sua produção para que elas possam induzir estas pequenas, médias e microempresas a manterem a qualidade nas relações de trabalho. Uma instituição como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por exemplo, poderia financiar e atuar coletivamente na criação de redes de pequenas empresas que possam dividir os custos de treinamento e de investimento. Na opinião de José Márcio Camargo, do ponto de vista da geração e da qualidade de emprego criado na indústria, "deve-se esperar que isso ocorra através das micro, pequenas e médias empresas e não através das grandes empresas industriais".

Esta tem sido, na verdade, a conclusão da grande maioria dos debates sobre políticas de emprego, mas, na prática, constata-se que estes pequenos empreendimentos, que chegam a absorver 60% da população ocupada do país, não conseguem sobreviver. Além da impossibilidade de grande parte dos empreendimentos se constituir legalmente em função dos obstáculos impostos pela legislação, entre aqueles que conseguem o registro, a maioria logo fecha: "Estima-se, nas condições atuais, que cerca de 80% não completam sequer um ano", informa Caio Márcio Silveira, diretor do Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (Napp). "A consciência da importância social e econômica deste segmento, informa Caio Márcio, tem estimulado o surgimento de projetos e ações de fomento, envolvendo um elenco diferenciado de atores institucionais. No entanto, há um baixíssimo nível de intercâmbio e troca de experiências entre as entidades que atuam nessa área, o que reduz, de maneira significativa, o alcance de suas iniciativas."

Inúmeras propostas continuam em pauta, desde a legalização da microempresa familiar até a eliminação de obstáculos jurídicos e fiscais, assistência gerencial, criação de canais de ampliação de mercado através de feiras, exposições, centrais de comercialização, centrais de serviços e estímulo ao associativismo. Sobre este último ponto Caio Márcio da Silveira lembra que "a despeito de experiências localizadas bem-sucedidas de criação de comunidades de microempreendedores e de estabelecimentos de vínculos entre produtores autônomos, a prática usual continua sendo a de deixar cada empreendimento entregue ao seu próprio destino, num quadro de mercado restrito e dominado por organizações de grande porte". No estado do Rio, 85% das micro e pequenas empresas não possuem qualquer vínculo associativo.

Em termos abrangentes, a real ampliação deste mercado passa por uma articulação com as grandes empresas e com o setor público. Em relação às primeiras, como vimos acima, o processo está diretamente ligado à terceirização. Quanto ao setor público, apenas 5% da demanda em todas as esferas do setor público junto ao setor privado são atendidos por empresas de pequeno porte, enquanto nos países desenvolvidos este potencial se situa entre 30 e 35%, revelando um enorme potencial ainda a ser explorado.

Questão política - Esta é uma briga antiga, acompanhada passo a passo por Benito Paret, presidente da Flupeme. Paret colaborou para que o estatuto da pequena empresa fosse elaborado, foi testemunha e protagonista do capítulo 179 da Constituição, que dá às micro, pequenas e médias empresas um tratamento diferenciado, e viu o governo Collor derrubar praticamente todas estas conquistas. "Hoje", informa, "não existe política alguma, embora todos estejam conscientes de que, no país, seis entre dez empregos são gerados pela pequena empresa".

Benito lembra que o desenvolvimento da pequena empresa italiana, tão citado no Brasil, foi possível pelo apoio regional concreto e pela quantidade de recursos disponíveis. "Todas as demais questões (burocráticas, classificatórias ou jurídicas) são decorrentes dessa política. Na Itália houve a determinação de se utilizar a pequena empresa como instrumento da democratização das relações econômicas dentro da sociedade, entendendo que o pequeno empreendimento não só democratiza o capital, como também é fator de distribuição de renda e de geração de empregos.

"É possível trabalhar estratégias de parceria entre governo, empresas e iniciativa popular na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda", esclarece Franklin Coelho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Como exemplos, cita, entre outros, a formação de frentes de trabalho através de mutirões autogeridos em áreas urbanas, construção de obras em parceria população-prefeitura, tais como calçamento de pequenos trechos etc.

Mas também aí o salto de qualidade, segundo Franklin Coelho, "é a ação política baseada numa cultura de direitos e na construção da cidadania". Experiências de projetos de apoio a pequenos empreendimentos, microempresas e empresas comunitárias, de fundos de habitação popular repassados diretamente às associações e aos mutirões autogeridos, de programas de assessoria técnica à produção e comercialização, expressam a construção de uma forma alternativa de gestão. Ela articula economia e democracia, contribuindo para uma melhor representação dos interesses populares na estrutura do Estado. Muitas são as prefeituras que em parceria com setores empresariais investem em projetos de geração de renda, como cooperativas de costureiras,

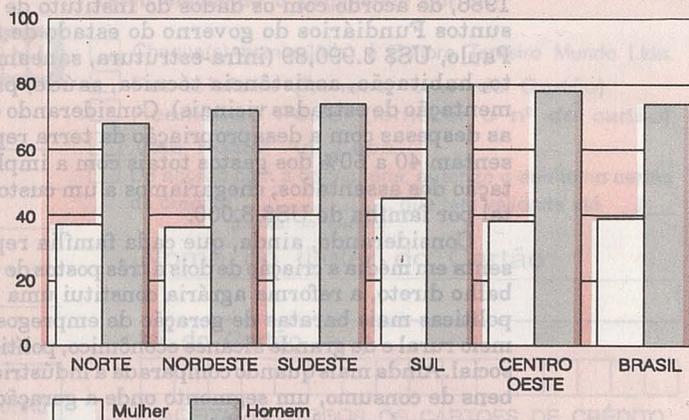
lavanderias coletivas, restaurantes e creches comunitárias, cooperativas de equipamentos urbanos, tijolos, paredes monolíticas, kits sanitários etc., e pequenas unidades produtivas integradas ao mercado formal, entre outros.

Estes e outros projetos vêm sendo implantados onde há determinação e vontade política de encontrar alternativas para a geração de novas oportunidades de trabalho. Mas todos sabem que, em função de sua gravidade, este não é um problema para continuar a ser abordado de maneira pontual.

Reforma agrária - O Mapa do Trabalho nº 1 do IBGE destaca ainda que a situação é mais grave na população rural, com elevados percentuais de trabalhadores abaixo da linha do piso legal chegando a 41% no Ceará. Neste sentido, vale o registro das conclusões dos *workshops* sob a coordenação do engenheiro agrônomo Agostinho Guerreiro, do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco) e diretor-técnico do Clube de Engenharia. Esses debates abordaram os temas emprego e desenvolvimento buscando redirecionar as políticas agrária e agrícola vigentes nos últimos 30 anos no país.

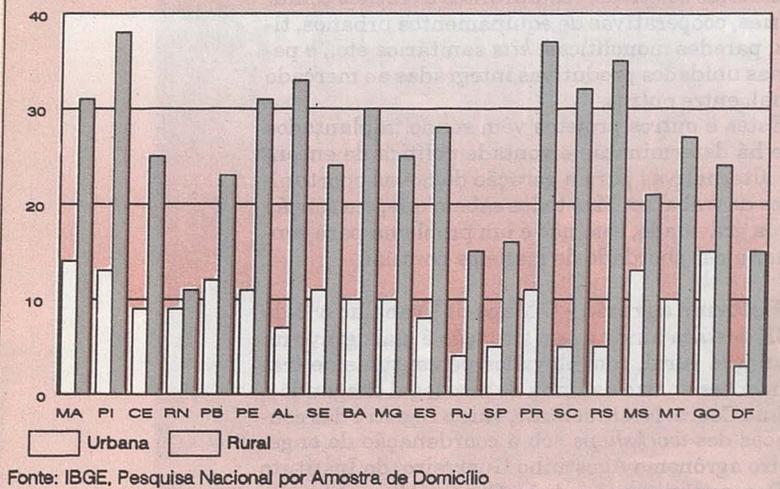
Hoje, segundo os técnicos, são inquestionáveis os impactos negativos da implantação de um modelo de desenvolvimento que se caracterizou pelas suas políticas públicas discriminatórias. Esse modelo voltado para as monoculturas e culturas de exportação, com uso intensivo de insumos químico-mecânicos, expropriou parcela significativa dos pequenos agricultores, causando sérios desequilíbrios sócio-econômicos e ambientais. A existência no Brasil de uma grande diversidade de solos e de clima e a abundância de recursos hídricos indicam a possibilidade de definição de um novo modelo de desenvolvimento,

TAXA DE ATIVIDADE DE 10 ANOS POR SEXO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (BRASIL - 1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

TAXA DE ATIVIDADE DAS CRIANÇAS DE 10 A 13 ANOS, RESIDENTES EM ÁREAS URBANA E RURAL (BRASIL -1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

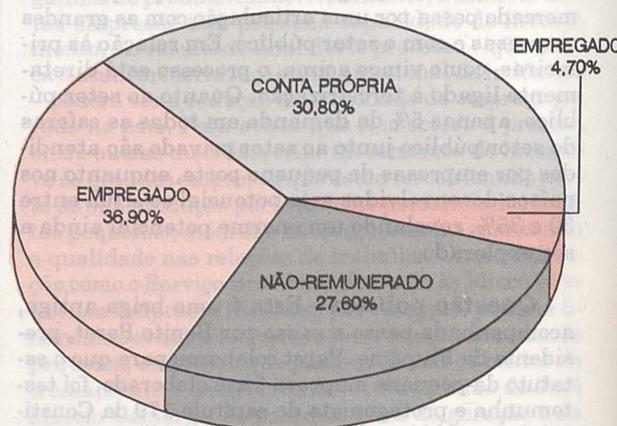
fundado em maior democratização do uso e posse da terra, que distribua renda, gere empregos e propicie melhorias na qualidade de vida das populações rurais.

Os investimentos no setor agrícola, quanto à possibilidade de geração de emprego, informa Agostinho Guerreiro, apresentam vantagens em relação ao setor industrial, a curto prazo e a um custo menor. Entre as principais políticas que possibilitam a geração de emprego e uma melhor distribuição de renda no meio rural está a reforma agrária. Mas a sustentabilidade deste processo se dará através da implementação de uma política agrícola e agroindustrial direcionada para a viabilização da produção familiar.

“A realização da reforma agrária”, conclui Agostinho, “é fundamental, e, embora se diga que seus custos são elevados, ela se mostra bem mais viável se comparada aos investimentos na área urbana. Assentar uma família no setor rural custava, em 1986, de acordo com os dados do Instituto de Assuntos Fundiários do governo do estado de São Paulo, US\$ 3.990,89 (infra-estrutura, saneamento, habitação, assistência técnica, saúde, pavimentação de estradas vicinais). Considerando que as despesas com a desapropriação da terra representam 40 a 50% dos gastos totais com a implantação dos assentados, chegaríamos a um custo total por família de US\$ 8.000.

Considerando, ainda, que cada família representa em média a criação de dois a três postos de trabalho direto, a reforma agrária constitui uma das políticas mais baratas de geração de empregos no meio rural e de grande alcance econômico, político e social. Ainda mais quando comparada à indústria de bens de consumo, um segmento onde a geração de empregos é considerada das menos onerosas: estima-se em US\$ 14.200 o investimento necessário pa-

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA (BRASIL -1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

ra a criação de empregos neste setor, sendo que os mais onerosos se situam na faixa de US\$ 80 a US\$ 100 mil.

As famílias assentadas a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), têm obtido uma renda média nacional de 3,7 salários-mínimos, resultado significativo se compararmos com a população de baixa renda do setor urbano ou mesmo com a média de renda do setor rural. Segundo dados do IBGE, 52% dos trabalhadores urbanos percebem menos de dois salários-mínimos.

Os investimentos no meio rural são mais viáveis se levarmos em conta não apenas os parâmetros econômicos, mas também sociais de ordem qualitativa. As famílias assentadas se encontram em melhor situação que no período imediatamente anterior à implantação destes assentamentos.

Ou seja, os caminhos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que tenha o trabalho e o emprego como eixos principais estão traçados. As ações emergenciais bem-sucedidas, para, de maneira pontual, começar a resolver o drama do desemprego também estão aí disponíveis e podem servir de orientação para os governos municipais e estaduais.

O que a sociedade exige é que os governos, em todas as suas instâncias, se sensibilizem e façam bom uso de planos, propostas, experiências e projetos elaborados em nome deste imenso contingente excluído do mercado de trabalho. E, principalmente, em nome do futuro de um país, que entre outras tragédias convive com um verdadeiro exército de jovens sobrevivendo do crime e da violência.

Na pág. 23, o problema do desemprego nas economias capitalistas